

92/93

Ives Gandra da Silva Martins

SEM HORIZONTES

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**  
Professor Emérito da Universidade Mackenzie,  
Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da  
Federação do Comércio do Estado de S.Paulo.

O ano de 1993 foi um mau ano. O rodízio ministerial em quase todas as pastas, a falta de uma política econômica, habitacional, de saúde e de educação, assim como a inexistência de obras de investimentos e considerável aumento populesco das despesas de custeio transformaram o Poder Executivo em um Poder amorfo, sem metas e sem perfil.

O Poder Legislativo, por outro lado, afundou-se em crise interna, na qual a corrupção desventrada para o grande público demonstrou que também não tem rosto definido e nem objetivos cristalinos.

O Poder Judiciário se salvou, nada obstante, a pressão popular para que se transfigurasse em poder político, que não é, mas o preço de sua independência resultou em choque aberto entre a defesa do Direito, que apenas interpreta, e as tentativas de violação, por parte dos dois outros poderes.

De tal choque, claramente delineado no último julgamento do S.T.F., resultou a sensação, hoje espraída pelas elites culturais, de que o país vive um vácuo de poder, como há muito não se via.

Neste quadro, a salvadora revisão constitucional não anda e o frágil plano econômico do Ministro Fernando Henrique patina nos erros tributários de sua concepção e na apatia presidencial em apoiá-lo abertamente.



Ives Gandra da Silva Martins

Cresce, pois, a impressão de que o governo não conseguirá eliminar o "deficit" público. O corporativismo dos que, no poder, se servem da Nação, aumentando o nível de seus privilégios, não permite que as despesas sejam cortadas e estas, não diminuindo, pressionam ainda mais o processo inflacionário. Em outras palavras, como o governo gasta mais do que recebe --e já sufoca a sociedade com tributos-- através da emissão de moeda e pressão sobre o sistema financeiro, obtem os recursos para sobreviver, gerando uma elevada inflação, patamar final para a chegada da "hiper".

Desta forma, por mais uma vez, estar dando um choque sobre a sociedade que o sustenta, o governo liquida com as esperanças da Nação e termina por semear expectativas de descrença e descontrole que podem levar à hiperinflação em 94, no centro do "vácuo de poder" que criou.

E, à nitidez, a hiperinflação seria dantescamente corrosiva, visto que todos os países que a viveram, viveram-na com uma "hiperecessão" e um "hiperdesemprego".

Se os poderes que fazem as leis e as executam não se conscientizarem que na redução fantástica e rápida do tamanho do Estado e do corporativismo está a salvação nacional e continuarem afundando na sua auto-mediocridade, não só a Economia correrá sério perigo como as próprias instituições poderão não resistir.

IGSM/mos  
asemhor

